

Artigo



REVOLTAS, MARINHEIROS E SISTEMA PRISIONAL NO ARSENAL DE MARINHA: NOTAS SOBRE O TRABALHO COMPULSÓRIO E CULTURA POLÍTICA NUM RIO DE JANEIRO ATLÂNTICO (1820-1840)

Carlos Eugênio Líbano Soares*

Flávio dos Santos Gomes**

Resumo:

Neste artigo analisamos episódios de revoltas articuladas de livres e escravos prisioneiros no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, principalmente aqueles forçados a trabalhar na construção do Dique Imperial na primeira metade do século XIX. Buscamos iluminar a circulação de experiências com dimensões atlânticas dentro dos muros do complexo do Arsenal, que influenciava tanto os presos como a produção de uma cultura política no interior de um sistema prisional que reunia escravos, marinheiros, fugitivos, marujos de vários países, homens do mar, escravos da *nação*, africanos livres e desertores militares.

Palavras-chave: Arsenal de Marinha, Presiganga, Manifesto de Presos, Rio de Janeiro.

Abstract:

This article analyses riots cases involving prisoners of Rio de Janeiro's Navy Arsenal, slave and freemen engaged in forced labor and in the construction of the Imperial Levee during the first half of the 19th Century. Our aim is to understand the production of a political culture and the circulation of Atlantic experiences within the walls of a imprisonment institution, as well as their influence among slaves from diverse 'nations', free Africans, runaways, national and foreign sailors, seamen, and army deserters.

Keywords: Navy Arsenal, Presiganga, Prisoners' Manifest, Rio de Janeiro.

* Doutor em história social do trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor-adjunto da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

** Doutor em história pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor-adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e colaborador do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

HISTÓRIA SOCIAL	Campinas - SP	Nº 12	11-33	2006
-----------------	---------------	-------	-------	------

Rotinas, pessoas e experiências

Em agosto de 1823 o inspetor do Arsenal Imperial de Marinha do Rio de Janeiro recebeu do inspetor do Aparelho – responsável direto pelo trabalho compulsório ali realizado –, um requerimento. Era dirigido ao Imperador Dom Pedro e remetido pelos detentos da “Nau Príncipe Real que serve de *Presiganga*”, que solicitavam mudanças em seu regime de reclusão e tratamento.¹ Embora com uma narrativa deveras truncada, o sentido geral deste documento é de uma reclamação contra “maus-tratos” e “desgovernos” praticados pelo administrador.² E não eram somente castigo, alimentação e vestuário que moviam seus autores. Denunciavam negociatas em que se envolviam os administradores – no caso, um major responsável –, como aquelas ligadas ao desvio de madeira ou ao uso de funcionários da Marinha para fins privados. Este requerimento significou um pequeno terremoto na cadeia de comando do Arsenal de Marinha. O inspetor do Arsenal, superior do oficial militar responsável pela *Presiganga* (navios-prisão), enviou um ofício ao comandante da esquadra, defendendo seu subordinado. Para o inspetor, o major era um exemplo de “plenitude de caráter e probidade”, e avaliava que a razão do requerimento fora causada por ter ele “mantido a ordem e conservado a polícia” sobre todos os detentos.

O Arsenal de Marinha representava, na primeira metade do século XIX, um sistema prisional com dimensões internacionais, com a utilização de trabalho compulsório e reunindo escravos, libertos, livres, soldados e marinheiros, estes

¹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, (doravante ANRJ) XM 726 (1816-1824), pacote 2.

² Uma descrição da rotina da *Presiganga* encontra-se em Soares, 2002: 260 e segs.

últimos de várias origens e procedências. Situado na Ilha das Cobras, freguesia de Santa Rita, foi um dos maiores complexos prisionais da cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Ao lado das prisões militares, do Aljube, também em Santa Rita, (antiga prisão eclesiástica) do Calabouço dos Escravos, da Cadeia Velha – na antiga câmara da cidade – da ilha de Santa Bárbara e da fortaleza de Santa Cruz, ele fazia parte do velho arco de calabouços e masmorras que datava do período colonial. Já o dique Imperial foi a grande obra naval do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XIX. Destinava-se ao conserto de navios de grande calado, antes encalhados para reparos, e existiu com essa função de 1824 a 1861. O Arsenal de Marinha não incluía somente a Ilha das Cobras. Era nessa ilha, entretanto, onde ficavam as importantes oficinas e depósitos, locais onde mais facilmente achavam-se escravos da *nação* ou cativos cumprindo pena. O sul da ilha concentrava as repartições burocráticas e os armazéns de venda, além das residências dos moradores civis. Localizava-se ali o grande armazém da alfândega, que abastecia a Marinha de produtos e gêneros comestíveis. Uma longa praia nesta parte era o local predileto para se deitarem os escaleres que cruzavam a baía. (GREENHALGH, 1965: 73).

Em termos de trabalho compulsório, o complexo da Ilha das Cobras dividia-se em cinco grandes grupos: dos detentos, que ficavam na presiganga e no dique trabalhando, especialmente neste local, em tarefas mais pesadas; o daqueles encarregados da cozinha e da compra de mantimentos, geralmente mulheres, também ocupadas na faxina e limpeza; os que trabalhavam nas obras ou no carvão, principalmente quando o maquinário a vapor se generalizou; as oficinas, ligadas ao trabalho mais especializado e, finalmente, os escaleres,

ocupados em ligar a ilha ao continente, ou aos navios surtos na baía.³ O uso da ilha e do Arsenal como grande centro prisional era devido, principalmente, a dois fatores: a questão do aparato militar naval, que poderia ser aproveitado para vigiar os detentos, e o presumido isolamento do local em relação à cidade em terra firme. (GREENHALGH, 1998).

Além dos presos sentenciados pelos mais diversos crimes comuns e políticos, havia aqueles detidos cotidianamente pela polícia – principalmente escravos e libertos –, que podiam ser enviados para o dique, de onde eram imediatamente remetidos para a presiganga, apresentados ao comandante do navio e colocados em ferros. Poderiam já realizar serviços leves, como desfiar estopa, no convés onde dormiriam. No dia seguinte, antes da alvorada eram levados pela primeira vez – atados uns aos outros por uma corrente – para a pedreira do dique. Às oito horas seria o almoço: carne magra com mau cheiro, sem sal e mal cozida, “às vezes com pirão de farinha de mandioca inferior, carouçada, denegrada às vezes com bolor, feito em água fria”. O almoço era servido na ilha e o jantar à bordo da presiganga, já por volta das doze horas – geralmente feijão velho mal cozido com farinha de mandioca. Pelas 18 horas, ao terminar o trabalho extenuante de quebra da pedreira, todos voltavam para a presiganga. A contagem terminava por volta das 20 horas, quando os sentenciados e escravos se deitavam na coberta, quase sempre de lado para evitar o incômodo dos ferros das correntes. A disciplina também era férrea. O mais leve desvio e uma chicotada seria o mínimo. Isto não evitaria que os presos do dique apresentassem, em 1829, um novo requerimento ao parlamento denunciando os maus-tratos: “nos trabalhos do Dique se estão como que assando

³ ANRJ, OI, XM 802, 21.dez.1829.

em uma fogueira, e não há ali um lugar limpo destinado para eles trabalharem ao rigor das chuvas, ventos e tempestades”. Neste segundo manifesto surgiram, em destaque, os principais problemas do dia-a-dia dos escravos e sentenciados do dique e, o que é melhor, por meio de suas próprias palavras: os insetos eram um flagelo para os condenados, o que é compreensível em se tratando de uma grande pedreira ao sol escaldante; os castigos eram implacáveis, os alimentos, deteriorados; havia maus-tratos e falta de remédios, sendo que alguns presos morriam “à míngua”. Denunciavam sevícias ministradas por “um soldado, um tambor e um marujo, autorizados para saciar suas paixões particulares nos corpos deles sentenciados, dando-lhes todos os dias bordoadas, bofetadas e pontapés”. Péssimas condições de vida e trabalho eram acompanhadas de violência generalizada. (GREENHALGH, 1998: 26-30).

Não sabemos quantos eram os presos, trabalhadores e moradores como um todo, que ocuparam o Arsenal de Marinha, mas sabemos que chegaram a trabalhar no dique, ao mesmo tempo, 344 presos. Em 1832 a presinganga deixou de existir oficialmente, mas, na realidade, os detentos continuaram dormindo na nau. A documentação sugere que cativos insubordinados eram enviados para o Arsenal, não apenas pela polícia, mas também pela Justiça. A correspondência entre inspetores e comandantes de navios que serviam de presinganga indica que não houve uma grande remessa de escravos – de uma única vez –, para o dique, mas sim um fluxo constante e amudado, à medida que caíam nas malhas policiais.⁴ Nem só de escravos e africanos era a rotina no dique. Conviveram outros estrangeiros, como os soldados e marinheiros de várias regiões ou mesmo

⁴ Serviço de Documentação da Marinha – Arquivo da Marinha (doravante SDM-AM). Ofícios diversos, livro 9109, fls. 8.

os prisioneiros argentinos e uruguaios das guerras cisplatinas, que não foram poupados de usar “anel e grilheta”, por exemplo. (GREENHALGH, 1998: 41). Prisioneiros políticos importantes como o padre Batista Campos, patrono da revolução popular da Cabanagem no Grão-Pará, também experimentaram a “hospedagem” da Ilha das Cobras. Aliás, a presença de prisioneiros políticos no Arsenal de Marinha foi motivo de protesto do chefe de polícia Euzébio de Queiroz pelo temor de que eles “contaminassem” os outros presos. A facilidade de circulação dentro da ilha justificava as apreensões do chefe de polícia. E o encontro de líderes rebeldes com escravos insurretos, decerto, era uma combinação explosiva demais para os agitados anos de 1830.⁵ Numerosos eram os soldados acusados de deserção, ou cumprindo penas disciplinares mais simples, que tinham o dique como local de castigo. O Imperador institucionalizou a punição no dique para desertores em 1825, pouco depois da chegada dos escravos presos por capoeira.⁶

O uso do Arsenal de Marinha como prisão remonta ao período colonial, mas a partir da Independência essa função foi ampliada. Para a Ilha passaram a ser enviados todos os vadios, capoeiras e demais criminosos que sobravam da prisão do Aljube e, posteriormente, da Casa de Correção, numa prática que durou toda a primeira metade do século, mesmo após a Ilha das Cobras voltar a ser prisão militar em 1828, quando o ministro da Marinha decidiu que o presídio da ilha seria o único em que deveriam, os praças de marinha, cumprir as penas a que fossem condenados. Mesmo as mulheres de sentenciados compartilhavam do estreito cotidiano da ilha.

⁵ ANRJ, IJ 6 maio 173 (1836). 01.out.1836 e 17.out.1836.

⁶ SDM-AM. Ofícios diversos, livro 9338, 01.mar.1825.

Mas foram os levantes de presos – soldados, escravos, libertos e marinheiros –, entre as décadas de 1820 e 1830, que projetaram a imagem de inferno insular que a Ilha das Cobras forjou no imaginário popular da cidade do Rio.

Levantes, motins, escravos e cidadãos

Em 22 de junho de 1833 o Arsenal foi o palco de uma fuga ousada de 34 sentenciados e escravos – “em correção” –, daquelas prisões. Do total de fugitivos, 13 eram escravos e, destes, oito eram africanos. As fichas com os “signais” dos procurados revelam dados novos sobre a população carcerária: João, de nação Congo, cerca de 40 anos, condenado pela morte de seu senhor, João Ignácio Gomes, e sentenciado em 23 de novembro de 1818. Recebeu novo processo por fuga do dique e resistência.⁷ Francisco Angola também foi o carrasco de seu proprietário, Manuel Monteiro da Trindade, e condenado a toda a vida, acrescido do requinte cruel de ser “amarrado ao redor da forca e receber 200 açoites”. Crioulos e pardos livres tinham fichas criminais volumosas. Impressionam as informações na ficha de Domiciano José Ferreira, pardo, condenado a quatro anos de trabalho forçado. Não constava crime, mas sim registros de várias fugas do Arsenal de Guerra, da ilha de Santa Bárbara e do Arsenal de Marinha. Tudo em menos de um ano. Havia ainda Joaquim Ignácio, um crioulo que foi “cabeça de motim na Fortaleza de Santa Cruz” quando soldado do Corpo de Artilharia de Posição. Ou o cabra forro Manoel dos Santos Leal, marinheiro de Pernambuco, condenado à prisão “perpétua por achada de armas, resistência e mortes”. Curiosamente falava francês e inglês, sinais de

⁷ SDM-AM. Ofícios diversos, livro 9338, 17.jun. 1833.

uma vida intensa de viagens internacionais. Detenções militares eram comuns, semelhantes àquela do preto Manoel da Costa, soldado condenado pelo Conselho de Guerra por “falta de subordinação”.

O maior levante dos presos do Arsenal ocorreu num momento crítico da história política do Império: às vésperas da derrubada do Imperador Pedro I, em abril de 1831. Bem antes da revolta já corriam os rumores de que algo grave ocorreria. O cônsul da Prússia enviou um ofício ao ministro das Relações Exteriores – depois repassado ao inspetor do Arsenal –, revelando o que se tramava entre os presos da Ilha das Cobras e da presiganga em termos de rebelião. Medidas preventivas impediram a concretização de uma fuga coletiva. Num ofício foi mencionado, porém, que a guarnição da presiganga estava “amedrontada”. Escaleres foram colocados no mar em torno da nau-prisão, paralisando os planos de revolta. O caos político que se seguiu à deposição (denominada Abdicação) de D. Pedro I foi o sinal que faltava para a rebelião no Arsenal. A ilha foi abalada por uma revolta generalizada. Aproveitando-se da ausência dos guardas – que foram para a terra apoiar o movimento popular – os presos arrombaram as celas e pegaram em armas, pretendendo, nas palavras do inspetor do Arsenal, “defender a causa do Brasil”. (GREENHALGH, 1998: 172).

O movimento estava premeditado para eclodir ao mesmo tempo na Ilha das Cobras e na presiganga, mas tal tentativa foi abortada. O desembarque do Corpo de Artilharia da Marinha na cidade para se reunir, no Campo de Santana, às forças do general Francisco de Lima e Silva, hostis ao governo, decidiu a deposição do primeiro imperador. No Arsenal estava o Batalhão de Granadeiros, reforçado na noite de seis de abril por uma pequena fração do 14º Batalhão. Alguns dos guardas haviam aderido ao movimento dos presos e ajudaram a armar os revoltosos. O ofício do inspetor traduzia o medo de que essa noite

fosse tormentosa: “A noite se aproxima e não temos tempo a perder”. Às duas horas do dia sete de abril, o inspetor conferenciara com o tenente que comandava o Batalhão de Granadeiros e com o juiz de paz da freguesia de Santa Rita. Ao ser comunicado que a idéia era tomar as armas dos rebeldes, respondeu que “aquilo acenderia um rasilho de pólvora que levaria a ilha pelos ares”. O inspetor, entretanto, solicitou autorização do governo a “operar com aquele vigor militar que o caso exige, porque de outra forma não é possível fazer que eles obedeçam as leis”. Na manhã de sete de abril os medos desanuviaram. Os presos, em sua quase totalidade, continuaram no pátio, mas se recusavam a retornar às prisões. O alferes José Antônio da Costa, comandante da escolta que fora enviada ao Arsenal para sufocar o movimento, disse que os presos, na verdade, estavam “querendo pegar em armas com o fim, dizem eles, de defender a causa do Brasil”. Depois de feita a chamada, e confirmado que apenas um pequeno grupo havia escapado, os presos foram encaminhados – por força militar expressiva –, para suas celas. Mas a temperatura continuou alta naqueles dias tempestuosos. Para tornar a situação na ilha ainda mais complicada, os indivíduos presos por ordem dos juizes de paz foram remetidos ao Arsenal devido ao clima de instabilidade na cidade. A superlotação deve ter piorado as condições já explosivas no presídio.

Seis meses depois, o Arsenal de Marinha seria abalado por nova revolta. Desta vez foi o próprio Corpo de Artilharia da Marinha que se levantava, na manhã de seis de outubro de 1831. Os presos que estavam no calabouço foram libertados e aderiram ao motim, a eles se unindo a guarnição da presiganga. Esta, havia pouco, desembarcara na ilha. Mas, desta feita, a ilha seria alvo de um pesado fogo de artilharia e de fuzis, numa autêntica batalha no centro da capital do império. A falta de água contribuiu para a capitulação dos rebeldes

que foram posteriormente enviados para a presiganga, agora prisioneiros em vez de guardas. (AZEVEDO, 1871: 276).

Para estes levantes sucessivos deve ter contribuído, fortemente, o péssimo regime a que os soldados estavam submetidos, castigados duramente por qualquer falta. Mas talvez não apenas isso. O contexto político destas revoltas e motins e as experiências que articulavam identidades construídas entre escravos, libertos, africanos, marinheiros, guarnições militares, presos políticos e sentenciados merecem mais investigações. Como eram estes mundos do trabalho sob disciplina, vigilância e punições? Como poderia estar sendo constituída uma comunidade prisional e de trabalho com perspectivas transnacionais? Paralelamente, quais eram as leituras políticas que os presos e sentenciados faziam sobre as suas condições de vida naquele contexto? Quais as perspectivas de identidades e culturas de classe constituídas? (Cf. SAVAGE) Enfim, qual era a relação entre os soldados e os detentos do Arsenal, obrigados a conviver em ambiente tão desolador? Um curioso ofício do comandante das Armas da Corte ao inspetor do Arsenal revela como cartas trocadas entre presos e soldados em terra podem ter contribuído para esse clima de sedição militar.⁸

Não apenas de rebeliões viviam os cárceres do Arsenal. Produzia-se ali uma cultura política cotidiana do sistema prisional, com pequenos roubos, burlas, traficâncias com guardas, nas quais a moeda corrente podia ser a aguardente. Um cotidiano politizado que exigia um olhar cada vez mais rigoroso dos inspetores. No final de 1828 uma outra representação veio parar à mesa do inspetor do Arsenal de Marinha. Era dirigida ao Imperador – tal qual aquela de 1823 –, mas, seus autores não eram os torturados presos “livres”. Eram os

⁸ SDM – AM. Ofícios do comandante das Armas da Corte, livro 9.715, (1828,1830, 1832). 29.dez.1828.

escravos da *nação* empregados no Arsenal, que também utilizavam esse meio para dar vazão aos seus descontentamentos específicos sobre a situação vigente na Ilha. Às principais autoridades do Império dirigiam as suas súplicas. Alegavam que era “direito natural a defesa e o recurso ao cidadão quando se vê oprimido; e que desgraça será se não tiver remédio seu clamor”.⁹

Os escravos da “Ribeira” (como era conhecido o Arsenal) clamavam neste requerimento como “cidadãos”. Podemos pensar, inicialmente, que eles “re-semantizaram” as visões políticas da época na defesa dos interesses específicos, algo não tão raro nos mundos da escravidão. (CHALHOUB; GOMES, 1998; REIS, 1993 e SCHWARTZ) Tal como nos casos dos livres e dos militares, o redator do requerimento talvez fosse alguém relativamente letrado, acostumado com as formas e os procedimentos para redigir este gênero de documento, trabalhando a pedido dos cativos. Não pode ser esquecido que não eram escravos comuns: eram escravos da *nação*, e, em última instância, propriedades do Imperador. Este fato pode ter sido fundamental para detonar o manifesto. Mas a razão da queixa somente foi explicitada em outra parte do requerimento, quando reclamaram de “violência”, “espancamentos” por parte dos soldados encarregados do seu controle e “[d]e como cativos que são sofre[re]m repetidas vezes os mais acerbos castigos, e [serem] presos na Presiganga”. As acusações eram dirigidas principalmente aos atuais “inspetores” e “encarregados do aparelho” por desmandos diversos, como relatavam de um soldado que costumava “andar amigado com as pretas suas parceiras e zeloso delas”. Aparentemente, ansiavam um retorno à situação anterior, em que estavam sob o comando do antigo Inspetor, falecido recentemente, e que ficara à frente do Arsenal por

⁹ ANRJ, XM 801 (1828), s. d.

longos anos. Esse tempo longo sob uma autoridade favorecia acomodações da situação entre escravos e oficiais superiores. A quebra da antiga ordem pode ter alterado tal equilíbrio.

O ministro da Marinha intimou em 27 de outubro o novo inspetor do Arsenal, Tristão Pio dos Santos, para que este respondesse ao motivo que levava os escravos a protestarem. Este respondeu com um ofício ainda mais longo, onde desfiava seus aborrecimentos com os cativos, especialmente sobre os roubos que “praticavam com qualquer objeto que se lhes oferecia a vista”.¹⁰ Em plena sociedade escravista urbana e fortemente atlântica, o rosário de queixas do Inspetor registra as diversas formas de resistência ao trabalho compulsório no Arsenal de Marinha. Alegava que a “insubordinação dos suplicantes tinha chegado ao ponto” de oficiais em visitas às embarcações serem “apupados e corridos” pelos escravos e outros militares serem atacados com “tijolos”. Como reação, o inspetor explicava as medidas tomadas para calar a insubordinação, “sujeitando-os a uma chamada a hora do ponto, e a recolherem-se a noite em seu quartel junto a Tanoaria”, e “sujeitá-los a obediência dos mestres” empregando “sobre eles algum rigor sem afrouxar, e o castigo que se lhes inflige por qualquer destas faltas”. Porém, nas palavras do próprio responsável pelo Arsenal, o regime de castigos não deu o resultado esperado, pois os escravos continuaram com suas práticas de roubos e sabotagens do trabalho.

Estes documentos ilustram uma face pouco conhecida da história do trabalho articulada com o sistema prisional, que reunia escravos, livres, marinheiros, desertores militares e presos políticos no Arsenal de Marinha. Estaríamos, portanto, diante de cenários de experiências compartilhadas dos

¹⁰ ANRJ, XM 801. 31.dez.1828.

mundos do trabalho e da formação da classe operária prisional no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX. (FLORENCE; GOMES, 1998; RODRIGUES, 1998 e SOUZA, 1998).

Classe operária prisional e cultura política atlântica

Recentemente, vários estudos têm destacado a importância dos “homens do mar” na formação de uma cultura política nas sociedades dos séculos XVII a XIX.¹¹ Navios eram espaços de comunicações, gestação de culturas étnicas, criação de linguagem e percepções políticas originais. Locais para o surgimento de personagens e idéias transatlânticas.

As fontes do Arsenal de Marinha revelam uma surpreendente população carcerária residente na ilha – entre livres e escravos – formando uma “comunidade de trabalho” que, como os documentos informam, se socializava frequentemente. Por meio do *Livro do Mestre dos Escravos*¹² podemos ter acesso à variedade de população escrava no complexo do Arsenal. Escravos da *nação*, africanos livres, escravos de particulares enviados para aprender um ofício ou serem punidos, *crioulas* do Arsenal, a variedade de formas de cativo dentro do quartel central da Marinha é insólita. Em 1843 o ministro da Marinha determinou a elaboração de uma relação de todos os escravos presos existentes no Arsenal de Marinha. A relação consta do relatório de 1844¹³ e

¹¹ Para o Brasil escravista destacam-se os trabalhos de Rodrigues (1999) e Silva sobre a “cultura marítima”, as experiências de marinheiros – a maioria negra –, e as conexões com o tráfico negreiro e o comércio de cabotagem. (Cf. Referências bibliográficas).

¹² SDM-AM, Livro do Mestre dos Escravos (1833-34) e (1840-1842).

¹³ Cf. *Relatório do Ministério da Marinha*, “Trabalhos organizados pelos chefes das Diversas Estações da Repartição da Marinha”, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1844.

revela que grande parte dos africanos estava ali havia mais de vinte anos. Na relação de 169 sentenciados a maior parte são escravos, e para 42 destes não consta o crime, o que pode indicar escravos “em correção” esquecidos pelos senhores e pelas autoridades. Dos 40 africanos, 36 sofreram penas de galés por crimes de homicídio e, destes, onze eram assassinos dos próprios senhores. Ao todo, quatorze cativos carrascos dos próprios donos apodreciam nas prisões da Marinha. Além desses, a relação traz o nome, a idade, a ocupação e os “jornais” (pagamento) de 97 crioulos e 48 crioulas, escravos da *nação*, e de 40 africanos livres.

Havia contatos, conexões, circulação de idéias e relações forjadas entre cativos, libertos, homens livres pobres e a vasta e turbulenta marinhagem estrangeira que aportava o Rio de Janeiro. O fato de servir, o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, como local de triagem para todos os marinheiros, desertores e cativos fugitivos apanhados em alto-mar ou pela baía da Guanabara permite vislumbrar, por sua documentação, a vasta teia de rotas de fugas e contatos que se lançava pela baía, chegando, algumas vezes, a distantes pontos do mundo atlântico. As autoridades eram céticas quanto à possibilidade de dar um paradeiro nessas fugas e temiam tais contatos.¹⁴ As fugas pelo mar não eram novidade para os senhores e as autoridades policiais dos princípios do século XIX. Volta e meia os anúncios de fuga avisavam para não serem recebidos os escravos fugitivos como marinheiros ou embarcados, mas a reiteração desses apelos indica que os mestres dos navios não eram muito sensíveis a esses reclamos. (GOMES, 1996).

¹⁴ ANRJ, XM 798, 30.dez.1826 e ANRJ, IJ6 204,(maio - dez. 1845), 11.ago.1845.

A documentação é farta quanto às rotas atlânticas de fuga. E essas rotas freqüentemente se dirigiam para a Europa, agitada pelas transformações da revolução industrial e pelos conflitos políticos da época pós-napoleônica. Com certeza, estes cativos buscavam um lugar onde a escravidão fosse parte do passado. As motivações para tais travessias foram fruto das trocas sociais e culturais intensas entre escravos e marinheiros, de diversas nacionalidades, que pululavam pela estiva do Rio de Janeiro. Estes contatos podiam se realizar em toda parte da zona portuária, mas um ponto central devia ser o dique em construção na Ilha das Cobras, já que até marinheiros ingleses ali cumpriam penas de trabalhos forçados. Um ofício do inspetor fala de um marinheiro inglês vindo de Montevideu e condenado a trabalho no dique, que viera para a Corte como prisioneiro de guerra na corveta Isabel.¹⁵ O caminho de volta para o outro lado do Atlântico podia ser feito de forma ainda mais acidentada. Também aparecem na documentação do Arsenal de Marinha casos de senhores que, cansados das desobediências de seus cativos, os enviaram para assentar praça na Índia, ou para serem deportados para algum lugar do outro lado do Atlântico. Todos estes cativos passavam pelo Arsenal de Marinha, já que ali se realizava a triagem de todos os que embarcavam do Rio de Janeiro.¹⁶ E, como a mais segura prisão do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX, para o Arsenal de Marinha eram, freqüentemente, enviados os degredados.¹⁷ Outro fator que poderia aproximar marinheiros e escravos era a “identidade” étnica. No século XVIII, aproximadamente ¼ dos marinheiros da Marinha Real Britânica era de origem africana. (LINEBAUGH, 1985: 35) Curiosamente, muitos

¹⁵ ANRJ, “Mapa da Presiganga”, XM 802, (1829-1830), 24.jan.1829 e XM 801, 15.jul.1828.

¹⁶ ANRJ, XM 524 (1810-1826), 25.jun.1814.

¹⁷ ANRJ, XM 524, 25.nov.1814.

dos marujos registrados nas visitas da polícia do porto eram pretos ou pardos, mesmo vindos dos mais distantes países europeus. Não encontramos resposta plausível, mas é possível que fossem escravos, libertos ou filhos destes que encontrassem abrigo sob bandeiras estrangeiras. De qualquer maneira, era mais um fator que ajudava a confundir marinheiros estrangeiros com fugitivos dos mais diversos.¹⁸ As agruras a que eram submetidos os homens do mar, indiscriminadamente, estreitavam laços de solidariedade.¹⁹

Fontes e pesquisas apontam que os mundos atlânticos produziram redes complexas de relações, aproximando três continentes. O “mar oceano” foi palco de intensas trocas de experiências entre americanos, africanos e europeus. Também o eram os portos e principalmente os navios. Belonaves que cruzavam o atlântico carregavam tanto mercadorias e produtos diversos – “trabalho cristalizado” –, como experiências complexas de marinheiros – africanos, ingleses, irlandeses, escravos e outros –, o “trabalho vivo”. Para além da economia, os navios não eram tão-somente os meios de comunicação entre continentes: eram os espaços sociais e políticos “onde os trabalhadores dos continentes se comunicavam”. Nas várias margens e experiências atlânticas, as dimensões destas conexões foram complexas e originais. Como bem argumentou Linebaugh, o “navio permaneceu, talvez o canal mais importante da comunicação pan-africana antes do surgimento do disco LP”. Os espaços de conexões e idéias transformar-se-iam nos diversos portos. Dos navios, marujos e grumetes logo alcançavam vielas, tabernas e depois áreas rurais circunvizinhas. Os espaços de trocas sociais podiam ser tanto o “convés oscilante

¹⁸ ANRJ, XM 798, 20.mar.1827.

¹⁹ ANRJ, XM 793, 1826.

dos navios” como o “terreno pouco firme dos armazéns, tabernas, bordéis, adegas, poças d’água e ruas das comunidades marítimas”. (LINEBAUGH, 1988: 223).

Nas ruas da corte do Rio de Janeiro, marinheiros estrangeiros e denúncias de desordens já eram problemas crônicos no início do século XIX. No início de 1838, cerca de “40 marujos de fala inglesa” embriagados envolveram-se, segundo relato policial, numa grande desordem na rua da Misericórdia e outras próximas. Tal foi o tumulto e suas repercussões que o então chefe de polícia da Corte reuniu-se com os cônsules da Grã-Bretanha, dos EUA, Holanda e Áustria. Enviaram, conjuntamente, uma petição a câmara municipal, clamando por um controle efetivo sobre o comércio varejista e os estabelecimentos públicos, como tabernas – foco de ajuntamentos de marinheiros estrangeiros e escravos, principalmente as casas de hospedagem especializadas em marinheiros, conhecidas como *Publicaus*, versão aportuguesada dos *public house* de Londres. (HOLLOWAY, 1997:127-8) Mas, o principal local onde marinheiros “turbulentos” e escravos “incorrigíveis” podiam se encontrar era o Arsenal. Inúmeras vezes, marujos estrangeiros envolvidos em conflitos em alto-mar, ou mesmo em terra, eram para lá despachados e, dependendo de seu delito e periculosidade, mandados para o dique. Também não eram raros conflitos envolvendo marinheiros estrangeiros, principalmente ingleses, a bordo de navios brasileiros, mercantes ou de guerra. As autoridades possivelmente não tinham noção dos perigos implícitos na circulação de experiências que ocorriam entre homens do mar e escravos no Arsenal de Marinha e o quanto esta mistura poderia ser explosiva.²⁰

²⁰ ANRJ, XM 802, 1829-1830.

O recrutamento de estrangeiros e a repressão às desordens cometidas por marinheiros estrangeiros guardavam algumas singularidades. Algumas vezes, os camaradas dos detidos, e mesmo os seus oficiais superiores, enfrentavam as autoridades policiais brasileiras para libertar seus companheiros, criando graves conflitos que repercutiam na diplomacia e podiam afetar as relações externas. Principalmente os ingleses, eram muito ciosos de sua marinhagem quando percebiam que estavam sendo vítimas de recrutamentos, e, facilmente, chegavam ao conflito físico, algumas vezes com sucesso. Os laços de camaradagem entre marinheiros ingleses, muitas vezes arriscando suas vidas para salvarem companheiros, devem ter causado certo impacto entre negros e escravos que conviviam com eles no dique, e contribuído para desmoralizar as forças repressoras.²¹ Vejamos os casos de marinheiros estrangeiros, como em junho de 1827, quando dois marinheiros ingleses foram presos em Jacarepaguá por “vagarem por aquele distrito sem documentos”. No momento em que eram embarcados para a fragata Niterói foram resgatados por uma guarnição de marinheiros britânicos armados com baionetas, liderados por um oficial que, pouco antes, fora pedir pela liberdade dos marujos. Os ingleses foram colocados no escaler de sua tripulação e levados para bordo da nave inglesa, sobre olhares espantados dos trabalhadores do Arsenal, conforme relatório do inspetor, que ordenou que não houvesse resistência. Certa feita, um guarda-marinha da Inglaterra, John Moore, que assistia aos reparos em sua fragata, ao presenciar uma escolta militar que levava dois recrutas norte-americanos para a presiganga quis, com violência, retirar os marujos do poder dos soldados brasileiros, o que terminou por provocar uma grande confusão, onde o próprio guarda-marinha foi espancado, visto, conforme palavras do Inspetor, “não atender mais do que

²¹ ANRJ, XM 798, 12.jun.1827 e XM 793, 1826, 15.nov.1826.

satisfazer sua vontade, que toda ela foi filha da falta de respeito e atenção ao estabelecimento em que ele perpetrou semelhante desordem.” O inglês acabou preso. Concordamos com Linebaugh e Rediker – ao usarem a metáfora da Hidra para entender as experiências de marinheiros e homens do mar –, que nos espaços dos navios, dos portos, das cidades e da estiva haveria uma “Hydrarquia” ou um “Estado Marítimo”, com conexões de indivíduos e movimentos sociais. Em outras palavras, estes marinheiros articulavam tradições de lutas, mobilizações populares e idéias generalizadas para os mundos atlânticos.

Considerações finais

Analisando os fragmentos de visões do mundo, e as percepções políticas em torno delas, dos prisioneiros dos quatro cantos do mundo no Arsenal da Marinha, é possível revisar as concepções de *nação*, *raça* e *etnicidade* para compreender estes processos históricos de cooperação e experiências compartilhadas. (LINEBAUGH: 1998; REDIKER, 2000). No Rio de Janeiro e em outros espaços urbanos da sociedade escravista, com suas dimensões atlânticas em termos sócio-demográficos e de cultura política, podemos avaliar uma face da formação de mundos do trabalho e de culturas de (da) classe trabalhadora, reunindo escravos, imigrantes, libertos e africanos. (ALENCASTRO; DUARTE; EINSENBURG; LARA, 1995 e 1998; MATTOS, 2000 e 2001; REIS, 1993 e 2000; VITORINO, 1999).

A importância do Arsenal no controle da circulação marítima, na baía e além, era uma faca de dois gumes. De um lado, permitia as autoridades saber quem entrava na cidade pelo mar, recrutando ou prendendo aqueles mais turbulentos, evitando, na medida do possível, o contrabando e centralizando as

informações sobre navios estrangeiros surtos na baía da Guanabara. Mas a contrapartida podia ser perigosa: a grande concentração de marinheiros estrangeiros e africanos – de diversas naturalidades, reclusos em um espaço limitado, compartilhando as agruras de um regime opressivo, combinado às falhas do sistema de vigilância –, possibilitava uma aliança que poderia ser bastante hábil em furar o cerco. A longo prazo, a troca de experiências entre homens do mar e cativos pode ter contribuído para o processo maior de formação de uma cultura política atlântica, caracterizada pela presença de marinheiros estrangeiros, trabalho compulsório, escravos e africanos. Em 1817, foram os marinheiros negros em navios espanhóis que trouxeram para vários portos exemplares do jornal haitiano *Le Telegraph*. Denmark Vesey, líder de uma conspiração escrava norte-americana, em 1832 havia navegado pelo Caribe e absorvido as experiências de “liberdade” do Haiti. (LINEBAUGH, 1985: 43 e SCOTT, 1986: 307).

O Arsenal de Marinha serviu, durante décadas, como repositório daqueles mais perigosos, sejam escravos ou livres, à ordem social mantida pelas elites. Afastados do convívio social e submetidos a um regime militarizado de trabalho forçado – o que não era novidade para os escravos, por exemplo –, forjaram uma “comunidade de trabalho”. Rastros destas lutas, ou percepções políticas, podem ter ecoado em mares atlânticos, unindo marinheiros e trabalhadores diversos. O Arsenal Imperial de Marinha pode ter significado mais um local onde as experiências múltiplas e a circulação de valores antinômicos se encontraram.

Bibliografia

ALENCASTRO, L. F. de. “Escravos e proletários. Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 21, pp. 30-57, jul.1988.

ALGRANTI, L. M. *O Feitor Ausente (estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1821)*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1988.

AZEVEDO, Moreira de. “A sedição militar na Ilha das Cobras em 1831”. *RIHGB*, v. 34, 1871.

CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

DUARTE, L. M. *Pão e liberdade: uma história de padeiros escravos e livres na virada do século XIX*. 1. ed. Rio de Janeiro: APERJ/Mauad, 2002. 80 p.

EISENBERG, P. Escravo e proletário na história do Brasil. In _____. *Homens esquecidos. Escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1989.

FLORENCE, A. B. “Resistência escrava em São Paulo: a luta dos escravos da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, 1828-1842”. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 18, pp. 7-32, 1996.

GOMES, F. dos S. “Jogando a rede, revendo as malhas: em torno das fugas e dos fugitivos no Brasil escravista”. *Tempo*, Niterói (RJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), v. 01, abr.1996.

_____. História, protesto e cultura política no Brasil escravista. In: SOUZA, J. P. de (org.). *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: APERJ, 1998.

GREENHALGH, Juvenal. *O Arsenal de marinha do Rio de Janeiro na História, (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Arsenal de Marinha, v. 2, 1965. pp. 73 e segs.

_____. *Presigangas e calabouços - prisões da Marinha no século XIX*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1998.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do*

século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LARA, S. H. "Blowin' In the Wind: Thompson e a experiência negra no Brasil". *Projeto História*, São Paulo, v. 12, pp. 43-56, 1995.

_____. "Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil". *Projeto História*, São Paulo, v. 16, pp. 25-38, 1998.

LINEBAUGH, P. "Todas as montanhas atlânticas estremeceram". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 6, v. 3, pp. 7-46, 1983-1984.

_____. Réplica crítica de SWEENEY, R. "Outras canções de liberdade; uma crítica de 'Todas as montanhas atlânticas estremeceram'". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, pp. 205-231, 1988.

_____.; REDIKER, M. "The Many-Headed Hydra: Sailors, Slaves, and Atlantic Working Class in the Eighteenth Century". *Journal Of Historical Sociology*, v. 3, n. 3, pp. 225-252, sept. 1990.

_____.; _____. *The Many-Headed Hydra. Sailors, Slaves, Commoners, and the Hidden History*

of the Revolutionary Atlantic. Boston: Beacon Press, 2000.

MATTOS, M. B. *Escravidados e livres no processo de formação da classe trabalhadora carioca*. inédito, 2000. *mimeo*.

_____. *Trabalhadores escravos e livres no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX*. inédito, 2001. *mimeo*.

REIS, J. J. "A greve negra de 1857 na Bahia". *Revista da USP*, n. 18, pp. 8-39, jun.-ago., 1993.

_____. "De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição". *Afro-Ásia*, Salvador, v. 24, pp. 199-242, 2000.

RODRIGUES, J. "Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na Fábrica de Ipanema". *História Social*, Campinas (SP), ns. 4/5, 1998.

_____. "Cultura marítima: marinheiros e escravos no tráfico negreiro para o Brasil (sécs. XVIII-XIX)". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 38, 1999.

SAVAGE, M. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, C. H. de M. et al. (orgs.). *Culturas de classe:*

identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2004.

SCOTT, Julius Sherrard. *The Common Wind: Currents of Afro-American Communication in the era of The Haitian Revolution*. PHD Dissertation, Duke University, 1986.

SILVA, L. G. *A Faina, a Festa e o Rito. Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)*. São Paulo: Papyrus, 2001.

SOARES, C. E. L. *A Capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro, 1808-1850*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2002.

SOUZA, J. P. de. A mão-de-obra de menores escravos, libertos e livres nas instituições urbanas. In: _____. (org.). *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: APERJ, 1998.

SCHWARTZ, S. "Resistance and Accommodation in Eighteenth-Century Brazil : The Slaves View of Slavery". *Hispanic American Historical Review*, Duke UP, v.57, n.1, pp. 69-81, 1979.

VITORINO, A. J. R. "Escravidão, proletários e a greve dos compositores tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro". *Cadernos AEL*, Campinas (SP), v. 6, ns. 10/11, (Arquivo Edgard Leuenroth, IFCH, UNICAMP), pp. 71-106, 1999.